

ANFIP e carreiras de Estado definem pauta salarial para 2023

As entidades representativas dos servidores públicos federais das Carreiras Típicas de Estado se reuniram, no dia 11 de janeiro, em Brasília, para definir o calendário de mobilização da campanha salarial de 2023. A ANFIP foi representada pelo vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira.

Na reunião, foi deliberada a realização, em 31 de janeiro, do primeiro Dia Nacional de Mobilização, com participação de servidores de todo o país.

O evento marcará a retomada da campanha pela recomposição salarial, iniciada em 18 de janeiro de 2022 e suspensa após o fim do prazo legal para a concessão de reajustes, em face do período eleitoral. Agora, além da reparação das perdas acumuladas nos últimos anos, que chegam a 27%, as entidades reivindicam tratamento isonômico entre os Poderes.



“Emergencialmente, temos que garantir o encaminhamento da pauta dos servidores do Executivo, pois Judiciário, Legislativo e MPU já têm leis próprias de recomposição, com pagamentos programados para fevereiro”, pontuou o presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques.

Gilberto Pereira avalia que é fundamental a mobilização das categorias, de modo a garantir o mais breve possível um reajuste

emergencial, no mínimo, em simetria com os servidores dos demais Poderes.

Para a recomposição emergencial, os dirigentes defendem o envio imediato de medida provisória ao Congresso Nacional, sem prejuízo da instalação da mesa de negociação no âmbito do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, para tratar questões gerais e outras específicas de cada carreira.

Cabe destacar, ainda, que o trabalho de interlocução para buscar a recomposição foi iniciado já na transição de governo e envolveu negociações com o relator do Orçamento ([relembre aqui](#)).

As entidades, nesta mesma data, já enviaram ofício à ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, alertando para o caráter emergencial da recomposição das perdas salariais e de benefícios. Acesse o [documento aqui](#).

Gifa: ANFIP divulga mais dois lotes de cálculos para acordo

A ANFIP divulgou mais dois lotes de cálculos para o acordo da execução judicial da Gratificação de Incremento à Fiscalização e Arrecadação (Gifa).

Para verificar se o nome consta da listagem, é necessário acessar a plataforma <https://gifa.anfip.org.br/>, onde há um termo de acordo que deverá ser assinado, digitalizado e anexado com cópia do RG/CPF. Também é

preciso enviar o comprovante de transferência ou pix no valor de R\$ 152,00, para associados, ou R\$ 302,00, para não associados. Não é necessário reconhecer firma.

A ANFIP ressalta que o envio deve ser feito o mais rápido possível, para que a Entidade e o escritório contratado possam dar continuidade ao peticionamento e aguardar a

homologação do acordo com a consequente expedição do precatório.

A não aceitação deve ser feita de maneira formal, por e-mail (juridico@anfip.org.br). Neste caso, o processo voltará a ter andamento normal após o prazo de efetivação dos acordos.

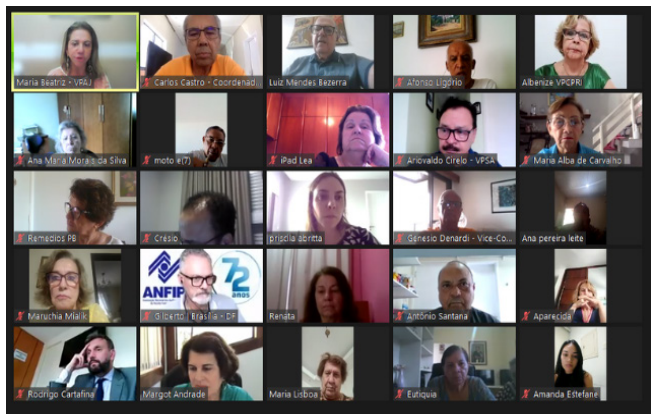
Em caso de dúvidas, entre em contato com o setor Jurídico pelo WhatsApp (61) 98176-9051, telefone 3004-9197.

Comissão planeja V Convenção Nacional Extraordinária
PÁGINA 2

Carf: ANFIP comemora volta do voto de qualidade
PÁGINA 3

Grupo decide data do I Encontro do Centro-Oeste
PÁGINA 4

ANFIP orienta regionais sobre acordo da Gifa



A vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, convocou uma reunião, no dia 12 de janeiro, com os dirigentes das Associações e Representações Estaduais da ANFIP em todo o Brasil. A reunião foi realizada em formato virtual e contou com a presença da advogada Priscila Abritta, do escritório Mota & Advogados Associados, para tratar das últimas atualizações sobre a Gratificação de Incremento à Fiscalização e Arrecadação (Gifa).

Na ocasião, Priscila Abritta

necessários até o final de fevereiro garante a expedição do precatório ainda em abril de 2023, para recebimento em 2024. No caso dos associados que optarem por não aderir ao acordo, os processos continuarão normalmente, sem previsão de expedição. Segundo Abritta, apesar de estarem “correndo contra o tempo”, o trabalho segue fluindo com ritmo positivo de adesão e homologação dos precatórios.

A vice-presidente Maria Beatriz e o advogado Rodrigo Cartafina também

apresentou o panorama geral da ação envolvendo a Advocacia Geral da União (AGU) e esclareceu as principais dúvidas dos representantes estaduais acerca do assunto. A advogada afirmou que quem conseguir aderir ao acordo e enviar os documentos necessários até o final de fevereiro garante a expedição do precatório ainda em abril de 2023, para recebimento em 2024. No caso dos associados que optarem por não aderir ao acordo, os processos continuarão normalmente, sem previsão de expedição. Segundo Abritta, apesar de estarem “correndo contra o tempo”, o trabalho segue fluindo com ritmo positivo de adesão e homologação dos precatórios.

deram orientações sobre o processo e as formas de envio dos documentos solicitados, pedindo o apoio de todos os dirigentes para contatar os associados exequentes em cada região. A vice-presidente agradeceu a colaboração de todos e se colocou à disposição para auxiliar em caso de dúvidas, além de informar a realização de uma live, na TV ANFIP, para sanar todos os questionamentos do corpo associativo sobre o tema. Também participaram da reunião, pelo Conselho Executivo, os vice-presidentes Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), Maria Aparecida Paes Leme (Relações Públicas), Albenize Gatto Cerqueira (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), Ana Lúcia Guimarães (Assuntos da Seguridade Social), Crésio Pereira de Freitas (Assuntos Fiscais), Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), Gilberto Pereira (Estudos e Assuntos Tributários) e José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial).

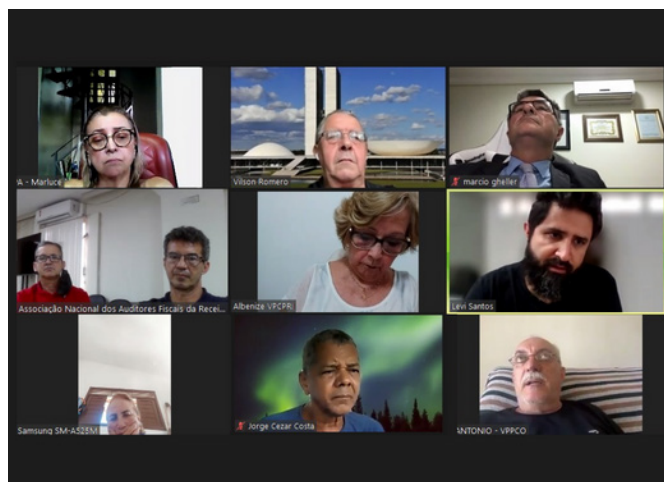
Comissão planeja V Convenção Nacional Extraordinária

Os integrantes da Comissão Organizadora da V Convenção Nacional Extraordinária da ANFIP se reuniram virtualmente, no dia 10 de janeiro, para discutir os detalhes do evento, previsto para acontecer nos dias 25, 26 e 27 de abril, para analisar, exclusivamente, o Estatuto da Entidade.

Na ocasião, foi acertada a produção de uma versão inicial do cronograma da Convenção e do edital de convocação, que serão discutidos e aprovados em reunião conjunta dos conselhos de Representantes, Fiscal e Executivo, marcada para fevereiro.

Todas as informações sobre a V Convenção Nacional Extraordinária serão amplamente divulgadas em breve.

Participaram do encontro o presidente Vilson Romero e os vice-presidentes Albenize Gatto Cerqueira (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), Márcio Humberto Gheller (Administração, Patrimônio, Cadastro e TI), Jorge Cezar Costa (Finanças), Antônio Carlos Silveira (Planejamento e Controle Orçamentário), Marluce Soares



(Comunicação Social) e Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas), além de colaboradores de diversos setores da ANFIP.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **LINHA DIRETA** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfipnacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

ANFIP comemora volta do voto de qualidade no Carf, anunciado pelo governo



Receita Federal de Julgamento (DRJ), do Carf e de pequeno valor no contencioso administrativo ou inscrito em dívida ativa da União.

Nos moldes do Refis, a mudança, além de possibilitar a renegociação, oferece descontos de 40% a 50% das dívidas. “A ANFIP vê com restrição as hipóteses de redução de encargos sobre débitos tributários, por ser uma medida incentivadora da inadimplência e concorrência desleal, como ocorre com os refinanciamentos e parcelamentos”, ressalta o presidente da Associação, Wilson Romero.

No mesmo sentido, Gilberto Pereira, vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, esclarece que o “perdão” das dívidas pode beneficiar os maus pagadores em detrimento dos bons contribuintes que pagam as suas contas em dia.

Outra preocupação de Gilberto Pereira é que o pacote de medidas também prevê o fim do recurso de ofício para valores abaixo de R\$ 15 milhões, encerrando o litígio. “O aumento do limite mínimo para o recurso de ofício é de seis vezes o do limite anterior [R\$ 2,5 milhões]. É um valor extremamente alto para uma conjuntura econômica que clama por mais recursos. Uma medida saudável para diminuir os processos do Carf é trabalhar em uma legislação mais clara para o contribuinte e alterar a legislação tributária, antes do aumento do litígio administrativo e judicial”, afirma.

De qualquer forma, o contribuinte com sua tese derrotada sempre poderá recorrer ao Judiciário, o que não era permitido à Fazenda Pública.

Confira [aqui](#) a apresentação do Ministério da Fazenda com as Medidas de Recuperação Fiscal.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou um conjunto de medidas econômicas visando o aumento da arrecadação de tributos no país e suavizar os efeitos do desequilíbrio fiscal. Uma delas é o retorno do voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O anúncio foi feito no dia 12 de janeiro, em entrevista coletiva, que também contou com a participação das ministras do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; e de Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck; e dos secretários Robinson Barreirinhas, da Receita Federal do Brasil; e Rogério Ceron, do Tesouro Nacional.

Segundo Haddad, o objetivo, neste momento, é que o déficit primário fique entre 0,5% e 1% do Produto Interno Bruto (PIB), contra os mais de 2% previstos para este ano. O ministro também informou que as receitas projetadas são de R\$ 36,4 bilhões, que representa 0,34% do PIB.

Extinto pela Lei nº 13.988/2020, o voto de qualidade, antes de 2020, possibilitava que conselheiros representantes da Fazenda Nacional, presidentes de Turmas e Câmaras, desempatassem os julgamentos em favor da União. Com a volta do voto de qualidade, a tendência é de que haja

aumento da contribuição.

“A ANFIP regozija-se e saúda o restabelecimento do voto de qualidade, um dos anseios da categoria de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Inclusive, fomos uma das primeiras entidades de servidores a questionar no Supremo Tribunal Federal a extinção do voto e a pugnar pela inconstitucionalidade formal do art. 28 da Lei 13.988/2020, por meio da ADI [Ação Direta de Inconstitucionalidade] 6415, patrocinada pelo tributarista Heleno Torres”, comenta o vice-presidente de Assuntos Fiscais da Associação, Crésio Pereira de Freitas.

As mudanças no Carf constam na Medida Provisória nº 1.160/2023, publicada no Diário Oficial da União. [Acesse aqui](#).

Renegociação de dívidas

Outras medidas anunciadas pelo governo e publicadas na [Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1/2023](#), tratam-se da instituição do Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), chamado de “Litígio Zero”, que consiste no perdão ou renegociação de dívidas tributárias, por meio de condições para transação excepcional na cobrança da dívida em contencioso administrativo tributário no âmbito de Delegacia da

Ministério divulga publicação sobre centenário da Previdência Social

O Ministério do Trabalho e Previdência divulgou o livro “Os 100 anos da Previdência Social”, cujo objetivo é trazer luz ao trabalho executado ao longo de um século de história. A produção está disponível no site oficial do órgão e pode ser baixada [aqui](#).

O longo caminho trilhado pelos previdenciários abarcou inúmeras conquistas, criações de políticas públicas e aperfeiçoamento do atendimento para que a população pudesse receber seus direitos sem qualquer intercorrência, chegando aos dias atuais com importantes avanços e serviços inovadores.

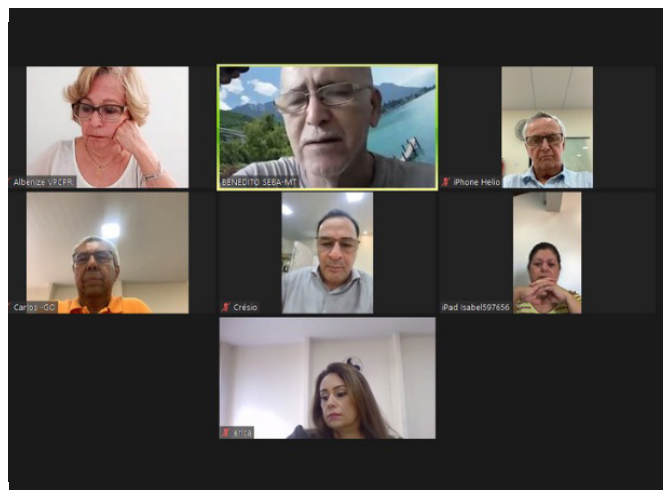
O lançamento do livro integra a [Campanha Nacional dos 100 anos da Previdência Social do Brasil](#), que contou com o apoio e patrocínio da ANFIP. Os agradecimentos especiais à Associação e outros parceiros podem ser conferidos ao final da publicação. Não deixe de acessar!

Comissão programa Encontro do Centro-Oeste para o mês de maio

O grupo responsável por planejar os detalhes do I Encontro do Centro-Oeste se reuniu, no dia 11 de janeiro, para dar continuidade à organização da ocasião.

Foi debatida a melhor data e logística para o Encontro, ficando decidida a realização na cidade de Pirenópolis (GO), nos dias 11 a 14 de maio de 2023. Serão criadas as peças gráficas e o hotsite personalizado, onde ficarão disponíveis todas as informações sobre o evento.

Estiveram presentes, pelo Conselho Executivo, os vice-presidentes Albenize Gatto Cerqueira (Cultura Profissional e Relações Interassociativas) e Crésio Pereira de Freitas (Assuntos Fiscais). Também participaram o coordenador e a secretária-adjunta do Conselho de Representantes, Carlos José de Castro (GO) e Isabel Nascimento Pereira (MS); bem como Benedito Cerqueira Seba (MT), que coordena as atividades do grupo.



BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Aproveite os descontos que vão alavancar a sua carreira

Para ajudar você a investir ainda mais na sua carreira, o ANFIP Tem+Vantagens disponibilizou cupons exclusivos nas melhores redes de educação do país, com descontos de até 58%.

Entre as parceiras, estão a Faculdade Unyleya, Estácio, UDF, Católica EAD e muito mais! Acesse a [plataforma](#) e veja as condições.

<p>10% de desconto*</p>	<p>Até 58% de desconto*</p>	<p>10% de desconto*</p>	<p>Até 50% de desconto*</p>	<p>Até 20% de desconto*</p>	<p>Até 40% de desconto*</p>
--------------------------------	------------------------------------	--------------------------------	------------------------------------	------------------------------------	------------------------------------

Renove sua casa com o máximo de economia

Um novo ano chegou e, com ele, novos descontos para ajudar você a equipar sua casa com qualidade e economia. No clube de benefícios da ANFIP, você garante

cupons para usar na Tok&Stok, Magalu, Polishop, Philips Walita, Camicado, Mobly e outros. Confira o site anfip.temvantagens.com.br e aproveite as ofertas!

<p>8% de desconto*</p>	<p>10% de desconto*</p>	<p>10% de desconto*</p>	<p>Até 10% de desconto*</p>	<p>5% de desconto*</p>	<p>5% de desconto*</p>
-------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	------------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
(61) 99973-5776 (WhatsApp)
E-mail: aposentadoriaspensoes@anfip.org.br

CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)
E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)
E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)
(61) 98176-9051 (WhatsApp)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

(61) 98151-7925 (WhatsApp)
E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
(61) 98366-6006 (WhatsApp)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339
concierge@benevix.com.br
Benevix/Unimed: 0800 606 7272
Geap: 0800 728 8300